

Inserção de psicólogos/as nos Institutos Federais como referência para implementação da Lei n.º 13.935/2019 na educação básica: revisão sistemática

Insertion of psychologists in federal institutes as a reference for the implementation of Law no. 13.935/2019 in basic education: a systematic review

Carla Renata Capilé Silva
Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD)
Dourados-MS- Brasil
Andréia Nunes Militão
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS)
Dourados-MS- Brasil

Resumo

O artigo problematiza o campo de atuação profissional dos psicólogos, alargada com a aprovação da Lei n.º 13.935/2019, que normatiza a prestação de serviços de psicologia e de serviço social nas redes públicas de educação básica, regularizados em âmbito nacional nas equipes multiprofissionais. A análise aqui proposta ancora-se em abordagem qualitativa e recorre à pesquisa documental e à revisão sistemática de teses e dissertações em Educação e em Psicologia produzidas no Brasil entre 2008 e 2023, com foco nas atribuições dos psicólogos, que contribuem para melhorar as condições de trabalho dos profissionais de educação nas instituições federais de educação profissional. A análise indica que a inserção dos profissionais de psicologia nos Institutos Federais deve ser fundamentada em um trabalho coletivo e que pode se constituir em referência para a implementação da Lei n.º 13.935/2019.

Palavras-chave: Psicologia Escolar; Institutos Federais, Lei n.º 13.935/2019.

Abstract

The article problematizes the professional field of psychologists, which has been expanded with the enactment of Law No. 13.935/2019, which regulates the provision of psychology and social services in public basic education networks, standardized nationally within multiprofessional teams. The proposed analysis is grounded in a qualitative approach and utilizes documentary research and systematic review of theses and dissertations in Education and Psychology produced in Brazil between 2008 and 2023, with a focus on the roles of psychologists, which contribute to improving the working conditions of education professionals in federal vocational education institutions. The analysis indicates that the inclusion of psychology professionals in Federal Institutes should be based on collective work and can serve as a reference for the implementation of Law No. 13.935/2019.

Keywords: School Psychology; Federal Institutes; Law n.º 13.935/2019.

Introdução

Nas últimas décadas, a Psicologia, como ciência e profissão, adquiriu maior destaque para além da área clínica. Como um domínio que estuda o comportamento humano e processos mentais, expandiu sua atuação em diversos âmbitos, a exemplo do social, hospitalar, judiciário, desportivo, organizacional e escolar. Conforme a Resolução CNE/CES n.º 1, de 11 de outubro de 2023 (Brasil, 2023), a aquisição de competências básicas em cursos de graduação dessa área deve permitir a prestação de serviços psicológicos à sociedade em diversos campos, atendendo às demandas sociais concretas em contextos de trabalho nos quais os psicólogos ou as psicólogas se inserem.

No âmbito da educação, os profissionais que trabalham nesta área transitaram por diferentes períodos históricos e políticos, reverberando na concepção da psicologia como um campo de saber e *práxis* no ambiente educacional.

Embora a inserção de psicólogos/as na educação básica tenha sido pauta das entidades profissionais nas últimas décadas, somente com a publicação da Lei n.º 13.935, de 11 de dezembro de 2019 (Brasil, 2019), que normatiza a prestação de serviços de psicologia e de serviço social nas redes públicas de educação básica, é que estes profissionais foram regularizados em âmbito nacional nas equipes multiprofissionais deste nível de ensino.

No ano de 2021, o Manual de Orientação ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), com base na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (art. 61, incisos I a V), e na Lei n.º 13.935/2019 (art. 1º), estabeleceu que os psicólogos e assistentes sociais, desde que em efetivo exercício na rede de educação básica, são considerados profissionais da educação.

A categorização de psicólogos/as e de assistentes sociais como profissionais da educação gerou discussões entre especialistas educacionais, pois questiona-se a legitimidade da classificação de tais profissionais pertencentes à área da educação, já que a “Lei n.º 12.014/09, indica que todas as demais áreas que atuam direta ou indiretamente nas escolas são consideradas suplementares” (CNTE, 2023).

Todavia, nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (Institutos Federais ou IFs), os psicólogos já compõem o quadro de servidores técnicos desde sua criação e expansão, no ano de 2008. Os Institutos Federais, nos termos da Lei n.º 11.892, de 29 de dezembro de 2008, são “instituições de educação superior, básica e profissional,

especializadas na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com as suas práticas pedagógicas” (Brasil, 2008).

Para Prediger e Silva (2014), ao mesmo tempo em que a rede é remodelada e transformada, é expandida com a criação de centenas de novos campus por todo o Brasil com o objetivo de descentralizar e regionalizar a educação profissional.

Anterior à publicação da Lei n.º 11.892/2008 (Brasil, 2008), o Ministério da Educação divulgou dois documentos que fundamentaram o estabelecimento dos psicólogos no quadro de servidores, a saber: o Ofício Circular n.º 015/2005/CGGP/SAA/SE/MEC (Brasil, 2005) e o Plano Nacional de Assistência Estudantil (2007–2008) (Andifes, 2007). O Ofício Circular n.º 015/2005 (Brasil, 2005), direcionado aos dirigentes de gestão de pessoas dos Institutos Federais, encaminha a descrição dos cargos técnico-administrativos em educação autorizados pelo Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão para concurso público. Já o Plano Nacional de Assistência Estudantil (2007–2008) (Andifes, 2007, p. 2) foi elaborado pela Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes) e objetivou identificar “demandas primordiais para garantir a permanência desses estudantes nas IFES”.

No relatório do Plano Nacional de Assistência Estudantil (2007–2008) (Andifes, 2007) foi apontada a necessidade de se executar programas de assistência estudantil como uma forma de garantir a permanência dos estudantes na instituição, evitando, a evasão e a retenção. O relatório indicou a “autorização de vagas para realização de concursos públicos de servidores técnico-administrativos, a exemplo de assistentes sociais, psicólogos, nutricionistas, dentre outros” (Andifes, 2007, p. 17), para a formação das equipes multiprofissionais que pertenceriam ao quadro de servidores.

Compreende-se que a equipe multiprofissional contribui para o desenvolvimento de uma educação integral/omnilateral. Logo, os profissionais que compõem a equipe multiprofissional ampliam a compreensão do aluno e do processo ensino-aprendizagem para além do espaço escolar (Monteiro; Melo, 2023). Por meio de um trabalho multiprofissional, é possível um melhor alcance das diferentes expressões da questão social que atingem o cotidiano escolar, pode contribuir para o fortalecimento de ações intersetoriais (Craveiro, 2019).

No tempo presente, a Conferência Nacional de Educação (Conae, 2024), em seu Documento Final, que tem a função de subsidiar a elaboração do Plano Nacional de Educação

(2024-2034), contempla, entre suas proposições, a “[...] implementação de equipe multiprofissional nas escolas, com intuito de assegurar condições de permanências dos alunos na escola, bem como do atendimento extraescolar” (Conae, 2024, p. 99).

Assim, para compor essa equipe, os psicólogos, assim como os demais profissionais, são enquadrados no estabelecido pela Lei n.º 11.091, de 12 de janeiro de 2005 (Brasil, 2005a), em cargo técnico-administrativo em educação. Os cargos que possuem uma exigência de graduação são categorizados como técnico-administrativo em educação de nível superior.

Face a isso, Feitosa e Araújo (2018, p. 182) afirmam que a nova configuração da educação profissional, a partir da expansão dos Institutos Federais, traz consigo “[...] reforços institucionais quanto ao quantitativo e às diferentes categorias profissionais, constituídas por equipes multiprofissionais como psicólogos, pedagogos, assistentes sociais, profissionais da saúde”

Diante das discussões que circundam o trabalho dos psicólogos nas instituições escolares, este artigo tem por escopo realizar uma revisão sistemática sobre a inserção dos psicólogos nos Institutos Federais de Educação, a partir da pergunta norteadora referente ao que as pesquisas revelam sobre a atuação e principais desafios destes profissionais.

O trabalho apresenta as principais definições e embasamento legal dos Institutos Federais, a descrição da organização e fundamentos teóricos da revisão sistemática, bem como os procedimentos utilizados para realização da pesquisa e análise dos trabalhos. Ao final, as autoras apresentam os resultados e as principais considerações levantadas.

Apontamento sobre os Institutos Federais e a educação profissional

Os Institutos Federais estabeleceram-se a partir da criação da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (Rede Federal), com a publicação da Lei n.º 11.892/2008 (Brasil, 2008). Incluíram-se na Lei os IF, a Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), os Centros Federais de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca (CEFET-RJ) e de Minas Gerais (CEFET-MG), as escolas técnicas vinculadas às Universidades Federais e o Colégio Pedro II. Ao todo, 38 novas unidades foram criadas e distribuídas no território brasileiro.

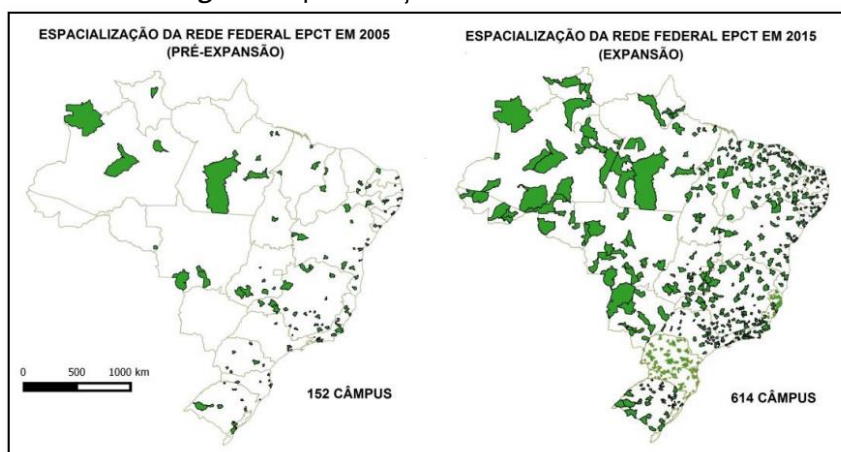
Nessa perspectiva, a Rede Federal de Educação possui como objetivo “ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e

qualificando cidadãos com vistas na atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional” (Brasil, 2008).

Para compreender a concepção atual dos Institutos Federais, é importante historicizar a sua trajetória no contexto brasileiro. A Rede Federal de Educação iniciou suas atividades em 1909, com a criação das 19 Escolas de Aprendizes e Artífices, tendo por escopo “[...] oferecer aos filhos dos ‘desfavorecidos da fortuna’ o preparo técnico e intelectual de forma que adquirissem hábitos pelo trabalho, afastando-os da ociosidade, do vício e do crime” (Garcia, 2018, p. 74).

Ao longo das décadas, esse tipo de escola passou por diversos marcos legais, que proporcionaram a estruturação da concepção do que se entende no cenário atual por Educação Profissional e Tecnológica. Apesar das transformações no decorrer de quase um século, as escolas Técnicas Federais não possuíam uma abrangência nacional, e apenas com a publicação da Lei n.º 11.195, de 18 de novembro de 2005 (Brasil, 2005b), foi iniciada a primeira fase de expansão da Educação Profissional e Tecnológica, sendo em 2008 a instituição da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, que criou os Institutos Federais, com abrangência em todos os estados brasileiros.

Figura 1. Espacialização da Rede Federal EPCT



Fonte: Silva (2016)

A Lei n.º 11.892/2008 (Brasil, 2008), em seu art. 9º, prevê que cada Instituto Federal será organizado em estrutura multi campus, com proposta orçamentária anual identificada para cada campus e a reitoria, exceto no que diz respeito a pessoal, encargos sociais e benefícios aos servidores.

Com uma estrutura de ensino que se assemelha às Universidades Federais, em que seus pilares pedagógicos são pautados em ensino, pesquisa e extensão. Os Institutos

Inserção de psicólogos/as nos institutos federais como referência para implementação da Lei n. 13.935/2019 na educação básica: revisão sistemática

Federais também possuem, entre seus objetivos, consoante o Art. 6º, inciso IV, orientar sua oferta formativa em benefício da consolidação e do fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais (Brasil, 2008).

A partir da expansão dos Institutos Federais, o modelo adotado recebeu diversas críticas que remetem ao tecnicismo de quando surgiram as Escolas de Aprendizizes e Artífices. Para Gouveia (2016), seu compromisso se vincula aos interesses mais imediatos do capital e, apesar de ampliar o acesso ao ensino profissional, mesmo que de forma dual, foi adentrando pelo território brasileiro.

Entretanto, também se constitui um dos seus objetivos ser centro de excelência na oferta do ensino de ciências, em geral, e de ciências aplicadas, em particular, estimulando o desenvolvimento de espírito crítico voltado à investigação empírica (Brasil, 2008). Como destacam Feitosa e Araújo (2018), a organização atual dos Institutos Federais defende o rompimento da concepção de uma educação meramente voltada para a preparação de mão-de-obra especializada e de cariz instrucional, que, historicamente, vigorou nesses espaços formativos.

Sander, Pacheco e Frigotto (2012) defendem que a proposta do ensino médio integrado é a política mais adequada para superar o academicismo, a fragmentação e o tecnicismo, que têm marcado a formação profissional. Conquanto guarde diferenças com o ensino médio unitário politécnico e/ou tecnológico, configura um passo na sua direção.

Desta maneira, mesmo com os desafios para romper velhos paradigmas que circundam a educação profissional, os Institutos Federais apresentam uma nova organização, que incorpora profissionais de diferentes áreas atuando para discutir demandas inerentes aos estudantes e docentes, dentre eles, estão inseridos os profissionais de psicologia.

Os profissionais de psicologia nos Institutos Federais: uma revisão sistemática das produções acadêmicas

Nos últimos anos, os profissionais de psicologia ganharam notoriedade nas instituições educativas escolares, aumentando as discussões sobre sua importância no espaço escolar. Os Institutos Federais, desde sua nova concepção e expansão a partir do ano de 2008, possuem tais profissionais no seu quadro de servidores, que atuam em diversas áreas, como escolar, organizacional e de saúde, estando inseridos em equipes

multiprofissionais que incluem assistentes sociais, enfermeiros, pedagogos e técnicos em assuntos educacionais.

Diante do exposto, surgem questionamentos sobre o papel dos psicólogos nos Institutos Federais e os impactos para melhoria das condições de trabalho e valorização dos profissionais de educação, visto que eles desempenham suas atividades há pelo menos 15 anos dentro das instituições federais de educação profissional.

Para realização deste trabalho, utilizou o modelo de revisão sistemática, que possui como objetivo pesquisar na literatura selecionada, mediante critérios e procedimentos com rigor metodológico, dados que respondam ao questionamento da pesquisa e verificar os principais pontos de convergência e lacunas que se encontram dentro da temática proposta.

A revisão sistemática apoia-se na recolha exaustiva dos textos publicados sobre um tema em questão, empregando uma metodologia de pesquisa específica para esse fim. Constitui-se, como pesquisa secundária, que aplica métodos explícitos e sistematizados, com rigor científico e de grande transparência, a fim de mitigar riscos de viés na busca, coleta, extração e aplicabilidade dos dados de pesquisas prévias de estudos primários, os quais fornecem evidências de alta qualidade para o contexto que se pretende investigar (Campos; Caetano; Gomes, 2023, p. 146).

Destarte, para realização da revisão sistemática, foram priorizados os critérios apontados por Galvão e Ricarte (2019, p. 62), somada à definição do objeto/temática, que envolve “[...] a seleção das bases de dados bibliográficos para consulta e coleta de material; a elaboração de estratégias para busca avançada; a seleção de textos e sistematização de informações encontradas”.

Para conduzir a pesquisa e a escrita da revisão sistemática, o presente trabalho se baseou nas recomendações do *Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analysis* (Galvão; Tiguman; Sarkis-Onofre, 2022). O modelo adotado foi a versão 2020, que possui novas orientações e atualizações com relação à Declaração PRISMA 2009, porém segue o mesmo rigor científico para auxiliar no levantamento da revisão sistemática.

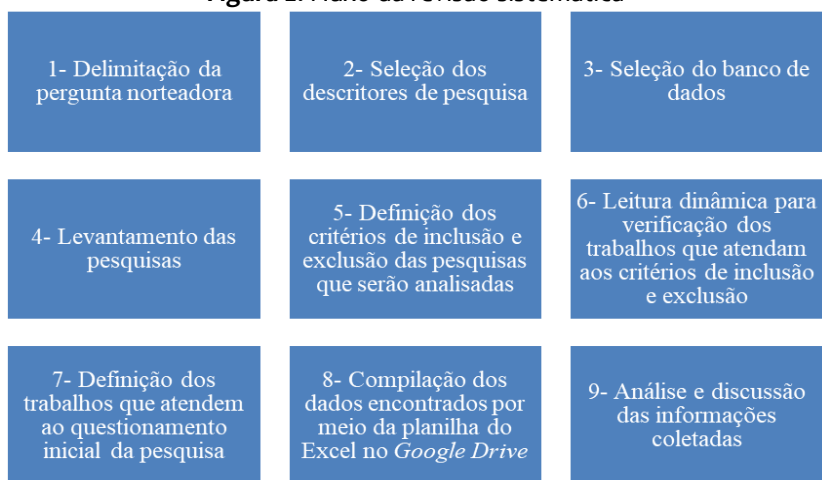
A declaração PRISMA 2020 foi elaborada principalmente para revisões sistemáticas de estudos que avaliam os efeitos de intervenções em saúde, independentemente do delineamento dos estudos incluídos. No entanto, os itens da lista de checagem são aplicáveis a publicações de revisões sistemáticas que avaliam outras intervenções (como intervenções sociais ou educacionais) (Page et al., 2022, p. 2).

Para Cruz et al. (2022), é necessário um método formal, rigoroso e explícito para articular achados de pesquisas já realizadas sobre determinada temática, para que se possa

estabelecer uma visão integrativa do conhecimento produzido. A revisão sistemática da literatura, portanto, é uma ferramenta relevante para o levantamento do conhecimento no campo da educação, ao permitir realizar um panorama dos estudos realizados, organizando e analisando as informações coletadas com rigor científico e de forma transparente, conforme os procedimentos descritos a seguir.

Para realização da revisão sistemática, o presente trabalho seguiu o fluxo de procedimentos descritos abaixo:

Figura 2. Fluxo da revisão sistemática



Fonte: Elaborado pelas autoras (2024)

Delimitação da pergunta da pesquisa, dos descritores e da seleção dos bancos de dados

Para realizar o levantamento, é necessário definir a pergunta norteadora que será utilizada em todo o processo de revisão. Busca-se, portanto, neste artigo, responder a seguinte pergunta: o que dizem as pesquisas sobre as atribuições dos profissionais de psicologia nos Institutos Federais e suas principais contribuições para melhoria das condições de trabalho e valorização dos profissionais de educação?

A condução da pesquisa foi realizada mediante levantamento e análise de teses e dissertações encontradas no banco de dados da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) e do Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), que possui em seu acervo trabalhos acadêmicos de conclusão de pós-graduação defendidos nas instituições de ensino e pesquisa brasileiras no período de 2008 a 2023.

Para Bariani *et al.* (2023), um resultado satisfatório nas bases de dados depende da seleção criteriosa dos descritores que serão utilizados. Ressalta-se que descritores são palavras-chave que ajudam na indexação dos dados na internet e identificam os textos; são palavras ou termos inseridos nos campos de pesquisa nas bases de dados que direcionam a busca ao encontro dos documentos existentes sobre o tópico pretendido (Campos; Caetano; Gomes, 2023).

A definição dos descritores se baseou na ferramenta do Thesaurus Brasileiro de Educação e o de Psicologia, que possuem uma vasta catalogação de vocabulários validados para o campo da pesquisa. Como o trabalho possui uma intersetorialidade entre duas áreas científicas, psicologia e educação, optou-se por utilizar o Thesaurus de ambas as áreas, para ampliar as opções de descritores.

Como estratégia de busca, adotou-se o recurso dos operadores booleanos, pois, conforme apontam Campos, Caetano e Gomes (2023), ajudam a refinar as pesquisas e a construir buscas avançadas nas plataformas, os quais devem ser escritos em inglês e com letras maiúsculas, para se distinguirem dos descritores consultados. O operador booleano adotado nas buscas foi o termo AND. Outra ferramenta utilizada nas buscas foram os caracteres aspas, antes e depois de cada descritor, pois auxiliam nas buscas de trabalhos com mais precisão ao tema.

Durante as consultas, optou-se em utilizar um sinônimo para “Educação Profissional”. Como o local da pesquisa é o Instituto Federal, realizou-se uma combinação alternada entre os descritores “Educação Profissional” e “Instituto Federal”. Para a realização da pesquisa não se utilizou o termo “Psicologia”, pois é um conceito muito amplo, que não refinou as buscas para trabalhos específicos que indicassem a atuação profissional do psicólogo.

Deste modo, com o propósito de realizar as buscas na BDTD e na CAPES, definiu-se como descritores os seguintes termos: “Psicologia Escolar” AND “Educação Profissional” AND “Condições de trabalho docente”. Realizou-se as pesquisas durante o período de setembro/2023 ao dia 29 de dezembro de 2023.

Nas buscas iniciais, utilizou-se três descritores simultaneamente: “Psicologia Escolar” AND “Educação Profissional” AND “Condições de Trabalho Docente”. Porém, não localizou-se nenhum resultado na plataforma da BDTD. Já na CAPES, encontrou-se 51 trabalhos na Busca 1 e 5 trabalhos na Busca 2, com delimitação do período temporal de 2008 a 2023. Por conseguinte, optou-se por buscar também com os descritores “Psicologia Escolar” AND

Inserção de psicólogos/as nos institutos federais como referência para implementação da Lei n. 13.935/2019 na educação básica: revisão sistemática

“Educação Profissional”, intercalando em uma nova busca com o descritor “Instituto Federal”, como sinônimo de “Educação Profissional”, como apresentado na Quadro 1.

Quadro 1. Descritores utilizados nas buscas

Busca 1	“Psicologia Escolar” AND “Educação Profissional” AND “Condições de Trabalho Docente”
Busca 2	“Psicologia Escolar” AND “Instituto Federal” AND “Condições de Trabalho Docente”
Busca 3	“Psicologia Escolar” AND “Educação Profissional”
Busca 4	“Psicologia Escolar” AND “Instituto Federal”

Fonte: Elaboração das autoras com dados da pesquisa.

Na busca 3, encontrou-se 18 pesquisas na BDTD e 20 na CAPES. Na busca 4, identificou-se 36 pesquisas na BDTD e 18 na CAPES. As informações das pesquisas foram inseridas em uma planilha do Excel e confrontadas para eliminar os trabalhos duplicados.

Avaliação e análise dos trabalhos levantados

Após realização das pesquisas nos bancos de dados, iniciou-se uma avaliação dos trabalhos que atendiam aos critérios para análise. No critério de inclusão, a pesquisa deveria possuir tema diretamente ligado às atribuições, de forma geral, dos psicólogos na educação profissional básica. Para o critério de exclusão, considerou-se pesquisas que possuíam objetivos ligados a outro sujeito da pesquisa, como a subjetividade de adolescentes e professores, a inclusão de estudantes com deficiência, a assistência estudantil focada nos estudantes, inventários psicométricos, identidade de gênero.

Na análise, utilizou-se a estratégia de leitura inicial do título e das palavras-chave. Nos trabalhos em que a leitura inicial foi insuficiente para identificação dos objetos de pesquisa, realizou-se a leitura do resumo e introdução para extrair informações sobre tema, objetivo e sujeitos da pesquisa. Após as leituras, filtrou-se o total de 11 pesquisas, entre teses e dissertações, para realização da revisão sistemática, como demonstrado no Quadro 2.

Quadro 2. Caracterização dos trabalhos selecionados

	PESQUISAS PARA ANÁLISE	AUTOR(A)	INSTITUIÇÃO	ANO	PROGRAMA
01	O psicólogo na assistência estudantil em um campus do IFPB: o que lhe cabe nesse espaço educacional?	Firmino, Fatima Maria Carpes	IFPB	2022	Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica

02	Delineando as fronteiras da psicologia no Instituto Federal do Maranhão: uma análise das vivências das(os) psicólogas(os).	Alves, Vanessa da Silva	UFMA	2019	Mestrado em Psicologia
03	Psicologia escolar em contexto de educação profissional, científica e tecnológica: desafios e possibilidades de um trabalho construído em parceria	Titon, Andréia Piana	UFSC	2019	Doutorado em Psicologia
04	Análise crítica dos entraves da atuação do psicólogo escolar e educacional no IFCE: perspectivas de superação	Cardoso, Antonio Alan Vieira	IFCE	2019	Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica
05	Atuação do psicólogo em contextos educacionais: a promoção à saúde na perspectiva do cuidado	Ronchi, Juliana Peterle	UFES	2019	Doutorado em Psicologia
06	Educação profissional, científica e tecnológica, formação humana e a psicologia escolar e educacional	Rosa, Cíntia Luzana da	UNESC	2018	Mestrado em Educação
07	O psicólogo escolar na educação profissional e tecnológica: práticas, desafios e perspectivas	Fonseca, Thaisa da Silva	UFPI	2018	Mestrado em Psicologia
08	Tornar-se psicólogo escolar: a formação da identidade profissional no Instituto Federal de Educação de Goiás	Ferro, Aline Seixas	UNB	2017	Mestrado em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde
09	Atuação da psicologia escolar no Instituto Federal de Goiás: concepções e práticas	David, Marina Magalhães	UnB	2017	Mestrado em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde
10	Psicologia escolar nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia: contribuições para a atuação na educação superior	Feitosa, Lígia Rocha Cavalcante	UnB	2017	Mestrado em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde
11	Interfaces da psicologia com a educação profissional, científica e tecnológica: querer e fazer	Prediger, Juliana	UFRGS	2010	Mestrado em Psicologia Social e Institucional

Fonte: Elaboração das autoras com dados da pesquisa.

Resultados e discussões

Dentre os trabalhos, verificou-se que o estudo da atuação profissional do psicólogo nos Institutos Federais de Educação ainda é recente, com uma concentração a partir do ano de 2017, e apenas 1 trabalho produzido em 2010. Os trabalhos também foram realizados em diferentes estados brasileiros, com uma concentração maior de pesquisas na região

Inserção de psicólogos/as nos institutos federais como referência para implementação da Lei n. 13.935/2019 na educação básica: revisão sistemática

Nordeste, com 4 pesquisas; Centro-Oeste e Sul, com três trabalhos; a região Sul, com 1; não encontrou-se trabalhos realizados na região Norte que atendessem aos critérios da pesquisa.

Dos trabalhos analisados, 2 (dois) são teses de doutorado e 9 (nove), dissertações de mestrado. Dentre as instituições que oferecem os programas de pós-graduação, 3 (três) são da Rede Federal de Educação Profissional e oito são de Universidades Federais, com uma concentração de trabalhos na Universidade de Brasília (UnB).

No que se refere aos objetivos dos trabalhos pesquisados, todos foram selecionados por terem entre seus objetivos debater a atuação dos profissionais de psicologia nos Institutos Federais, destacando os desafios e perspectivas da atuação profissional, com uma ampla discussão sobre as práticas que competem aos psicólogos na educação profissional básica.

Segundo aponta Firmino (2022), ao levantar questões acerca da práxis do psicólogo no contexto educacional, entendendo-a como parte de um contexto histórico e social, oportuniza-se a reflexão igualmente sobre possibilidades de transformação da realidade social. Na mesma perspectiva, Titon (2019) considera importante conhecer as práticas da psicologia escolar nas instituições educativas, pois configura um meio de visibilizar esse campo de atuação da psicologia e contribuir com o debate sobre possibilidades e desafios nas intervenções do psicólogo escolar.

Neste sentido, as pesquisas levantadas destacam a necessidade de se ter clara a definição do papel dos psicólogos escolares, de modo que possibilitem uma atuação que se aproxime da realidade, rompendo paradigmas da própria profissão.

No desenvolvimento de pesquisas, identifica-se que o campo da psicologia dialoga com diferentes referenciais teóricos, porém, no âmbito das teses e dissertações selecionadas nesta revisão sistemática, tiveram uma maior ocorrência pesquisas com os referenciais teóricos baseados na psicologia histórico-cultural sob um viés do materialismo histórico-dialético e na psicologia escolar crítica.

Entende-se que, ao optar pelas abordagens da psicologia escolar crítica e histórico-cultural, os pesquisadores utilizam perspectivas que interpretam fatores que influenciam nos processos escolares para além do contexto interno, mas que são moldadas por aspectos socioculturais e pelas próprias relações estabelecidas dentro do ambiente escolar.

Uma compreensão basilar da psicologia histórico-cultural é a de que a consciência humana é determinada pela realidade, especificamente, pelas relações sociais produzidas ao longo da história. Essa psicologia tem, portanto, uma perspectiva materialista, concreta, mas não se restringe aos processos biológicos que estão na base do comportamento humano. Mesmo sem desconsiderar esses fatores, procura dar ênfase aos processos culturais que estão dialeticamente relacionados com as características tipicamente humanas de comportamento, visto que a teoria em tela concebe, assim como Marx, o homem como ser social, constituído e constituinte das relações sociais de produção da vida material e imaterial (Cardoso, 2019, p. 43-44).

Para Ferro (2017), a perspectiva materialista-dialética assumida pela psicologia possibilitou a superação da visão dicotômica do ser humano, congregando uma unidade entre o psíquico e o comportamento humano.

Rosa (2018), ao debater a psicologia escolar crítica, enfatiza a necessidade de desvelar a realidade que se apresenta; de compreendê-la como construção histórica de múltiplas determinações que transformam e são transformadas pela ação do homem, para questionar as estruturas que perpetuam as disparidades e a exclusão social.

Para Firmino (2022), a psicologia escolar crítica entende que as dificuldades escolares nascem no interior da sociedade, e não no sujeito em si. Neste, elas apenas se revelam, pois é na sociedade que as relações entre os sujeitos, e destes com as políticas sociais, econômicas e educacionais, acontecem.

Outro ponto levantado na revisão das pesquisas são os métodos e técnicas utilizados para o desenvolvimento e a análise dos dados coletados. Observou-se que alguns trabalhos não delimitaram evidentemente o método e as metodologias adotadas. Magalhães e Souza (2012) defendem a necessidade da utilização de manuais de pesquisas para definição da metodologia de seus trabalhos, por ser comum autores tratarem esses termos e conceitos como indistintos, o que repercute nas produções.

Ao analisar os métodos, verificou-se um destaque para as pesquisas qualitativas, documental e de pesquisa-intervenção. Sobre as metodologias utilizadas, apesar do uso de ferramentas diversificadas, notou-se a presença da análise de documentos oficiais, aplicação de entrevistas e questionário, criação de fóruns virtuais e realização de oficinas.

Para David (2017), a pesquisa qualitativa caracteriza-se por uma abordagem na qual os pesquisadores buscam estudar os fenômenos em seus cenários naturais, considerando sua complexidade e totalidade, imersos nos contextos cotidianos.

Na pesquisa-intervenção, Prediger (2010) aponta que sujeitos e objetos se transformam ao entrarem em contato, o que coloca em estreita relação o conhecimento e a

Inserção de psicólogos/as nos institutos federais como referência para implementação da Lei n. 13.935/2019 na educação básica: revisão sistemática

transformação, sendo estes também inseridos em um mesmo processo no qual transformar precede o conhecer.

Alves (2019) descreve que a utilização da análise documental fomenta a discussão das práticas desenvolvidas por profissionais da psicologia sob o ponto de vista dos parâmetros legais e normativos.

Encontrou-se a utilização de entrevistas, questionários e fóruns, por meio de ferramentas virtuais, em algumas pesquisas, o que denota que as tecnologias de informação e comunicação auxiliam na aproximação de contextos e realidades de diferentes estados do Brasil.

Com o advento das tecnologias de informação e comunicação (TIC's), novas possibilidades e novos delineamentos de pesquisa surgiram para compreender as relações e as interações dos sujeitos com outros indivíduos, grupos ou comunidades. Na pesquisa qualitativa, as TIC's também contribuíram para a condução de estudos voltados para o processo dialético de formação das comunidades, da compreensão das relações construídas e mantidas entre os sujeitos em espaços mediados por computadores ou pela web (Feitosa, 2017, p. 128).

As pesquisas analisadas, mesmo com diferentes métodos e metodologias, indicam alguns desafios encontrados por psicólogos nos Institutos Federais, como superar práticas individualizantes; a necessidade de se trabalhar de forma multi e interdisciplinar; e o enfraquecimento das políticas públicas de assistência social e saúde mental.

Consoante Ronchi (2019), o trabalho do(a) psicólogo(a) em contextos educacionais pode contribuir para a expansão de práticas críticas que transgridam com o modelo individualizante e possibilitem ao profissional questionar sua prática, construindo novas formas de atuação. A autora menciona a importância da prática ser baseada na “[...] perspectiva do cuidado, a partir de propostas que valorizem a autonomia, a atenção, o acolhimento, o contexto institucional, o ambiente das pessoas e as parcerias entre os diferentes profissionais que compõem esse espaço” (Ronchi, 2019, p. 118).

Para o fortalecimento da atuação, é primordial o trabalho em parceria, que pode ocorrer internamente, com equipe multidisciplinar, professores, coordenadores, como também externamente, com instituições municipais e estaduais. Como destaca Fonseca (2018), sua pesquisa revela que a fragilidade da rede de apoio interdisciplinar e intersetorial afeta o trabalho do psicólogo no contexto escolar, que acaba por priorizar o acompanhamento individualizado frente a estudantes em situações de risco.

Considerações finais

Neste estudo, com recorte temporal do período de 2008 a 2023, foi possível identificar teses e dissertações desenvolvidas com uma predominância a partir do ano de 2017, o que reflete a consolidação da política de expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.

Os trabalhos indicaram a relevância de se discutir a atuação dos profissionais da psicologia escolar nos Institutos Federais de Educação, cujas atribuições precisam ter uma especificação dentro de regulamentos e documentos oficiais das instituições de educação profissional. Também se faz necessária a conscientização da comunidade acadêmica sobre as atribuições dos psicólogos.

A disseminação de informações e esclarecimentos sobre especialistas em psicologia contribui para se evitar equívocos com relação ao desenvolvimento de suas atividades no ambiente escolar e diminuir resistências encontradas por parte dos demais profissionais. Principalmente no que concerne ao papel a ser exercido pelos psicólogos, que deve estar pautado em um trabalho coletivo, com vistas a romper com visões médico-assistencial dos sujeitos pertencentes às instituições escolares e auxiliar no cumprimento da função social da escola.

A psicologia escolar nos Institutos Federais é uma área em expansão, que demanda novos estudos com os diferentes atores das instituições. Não encontrou-se pesquisas específicas que respondam à indagação sobre as contribuições da atuação dos profissionais de psicologia para a melhoria das condições do trabalho docente, reconhecendo que este é um campo que requer investigação.

Outro ponto importante é que estudar como ocorre a inserção dos profissionais de psicologia nos Institutos Federais, a partir da expansão da Rede Federal de Educação em 2008, revela desafios e perspectivas encontradas por psicólogos no ambiente escolar, que podem ser uma referência para futuros profissionais da área, principalmente os que advém da publicação da Lei n.º 13.935/2019 (Brasil, 2019), que configurou um marco no campo da psicologia escolar, por inserir os psicólogos e assistentes sociais nas redes de educação básica pública.

Referências

ALVES, Vanessa da Silva. **Delimitando as fronteiras da psicologia no Instituto Federal do Maranhão**: uma análise das vivências das (os) psicólogas (os). 2019. 93f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Centro De Ciências Humanas, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2019. Disponível em: <<https://tedebc.ufma.br/jspui/handle/tede/2860>>. Acesso em: 05 mar. de 2024.

ANDIFES. Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais do Ensino Superior. **Plano Nacional de Assistência Estudantil (2007–2008)**. Brasília, DF. 2007. Disponível em: <https://www.andifes.org.br/wpcontent/files_flutter/Biblioteca_071_Plano_Nacional_de_Assistencia_Estudantil_da_Andifes_completo.pdf>. Acesso em: 9 mar. 2024.

BARIANI, Isabel *et al.* Orientações para busca bibliográfica on-line. **Psicologia Escolar e Educacional**, Campinas, v. 11, n. 2, p. 427-429, dez. 2007. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/pee/v11n2/v11n2a22.pdf>>. Acesso em: 9 mar. 2024.

BRASIL. **Lei n.º 11.091**, de 12 de janeiro de 2005. Dispõe sobre a estruturação do plano de carreira dos cargos Técnico-Administrativos em Educação. Brasília, DF: Presidência da República, 2005a. Disponível em: <<https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=LEI&numero=11091&ano=2005&ato=125kXVE5EMRpWT081>>. Acesso em: 9 mar. 2024.

BRASIL. **Lei n.º 11.195**, de 18 de novembro de 2005. Dá nova redação ao § 5º do art. 3º da Lei n.º 8.948, de 8 de dezembro de 1994. Brasília, DF: Presidência da República, 2005b. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/l11195.htm>. Acesso em: 9 mar. 2024.

BRASIL. **Lei n.º 11.892**, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2008. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm>. Acesso em: 9 mar. 2024.

BRASIL. **Lei n.º 13.935**, de 11 de dezembro de 2019. Dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e de serviço social nas redes públicas de educação básica. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/lei/l13935.htm>. Acesso em: 9 mar. 2024.

BRASIL. **Lei n.º 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República, 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm>. Acesso em: 9 mar. 2024.

BRASIL. **Manual de orientação ao FUNDEB da Educação Básica e Valorização dos profissionais da Educação**. Edição atualizada fevereiro/2021. Brasília, DF. 2021. Disponível em: <<https://www.gov.br/fnde/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/financiamento/fundeb/ManualNovoFundeb2021.pdf>>. Acesso em: 9 mar. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. **Resolução CNE/CES n.º 1**, de 11 de outubro de 2023. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação em Psicologia. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. Disponível em: <<https://acesse.one/2SoKu>>. Acesso em: 9 mar. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. **Ofício Circular n.º 015/2005/CGGP/SAA/SE/MEC**. Brasília, DF. 2005. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/canalcggp/oficios/oc01505.pdf>>. Acesso em: 9 mar. 2024.

CAMPOS, Alessandra Freire Magalhães; CAETANO, Luís Miguel Dias; GOMES, Victor Márcio Laus Reis. Revisão sistemática de literatura em educação: Características, estrutura e possibilidades às pesquisas qualitativas. **Linguagens, Educação e Sociedade**, Teresina, v. 27, n. 54, p. 139-169. Disponível em: <<https://periodicos.ufpi.br/index.php/lingedusoc/article/view/2702>>. Acesso em: 9 mar. 2024.

CARDOSO, Antonio Alan Vieira. **Análise crítica dos entraves da atuação do psicólogo escolar e educacional no IFCE**: perspectivas de superação. 2019. 139f. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará, Fortaleza, 2019. Disponível em: <https://sucupira-legado.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=8853995>. Acesso em: 05 mar. de 2024.

CNTE. Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação. **Nota Pública**: A inclusão de psicólogos e assistentes sociais na LDB descaracteriza e afronta a profissão dos/as trabalhadores/as em educação e escancara a disputa pelo fundo público educacional. Brasília, DF. 24 nov. 2023. Disponível em: <https://cnte.org.br/noticias/a-inclusao-de-psicologos-e-assistentes-sociais-na-ldb-descaracteriza-e-afronta-a-profissao-dos-trabalhadores-em-educacao-bd05>. Acesso em: 9 mar. 2024.

CONAE. Conferência Nacional de Educação. **Documento Final**. Plano Nacional de Educação (2024-2034): política de Estado para a garantia da educação como direito humano, com justiça social e desenvolvimento socioambiental sustentável. Brasília, CONAE, 2024. Disponível em: <https://media.campanha.org.br/acervo/documentos/Documento_Base_Conae2024_FNE.pdf>. Acesso em: 01 jun. 2024.

Craveiro, Adriéli Volpato. **Equipe multiprofissional e educação omnilateral**: a experiência nas escolas municipais de Foz do Iguaçu de 2006 a 2016. 2019. 270f. Tese (Doutorado em Sociedade, Cultura e Fronteiras) – Centro De Educação, Letras e Saúde, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Foz do Iguaçu, 2019. Disponível em: <https://tede.unioeste.br/handle/tede/4769>>. Acesso em: 05 mar. 2024.

CRUZ, Giseli Barreto da; COSTA, Elana Cristiana dos Santos; PAIVA, Marilza Maia de Souza; ABREU, Teo Bueno de. Indução docente em revisão: sentidos concorrentes e práticas prevaletentes. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 52, e09072. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/cp/a/4JwtgxNHdScBJmYwR5b7GZg/?lang=pt>>. Acesso em: 9 mar. 2024.

Inserção de psicólogos/as nos institutos federais como referência para implementação da Lei n. 13.935/2019 na educação básica: revisão sistemática

DAVID, Marina Magalhães. **Atuação da psicologia escolar no Instituto Federal de Goiás: concepções e práticas.** 2017. 125f. Dissertação (Mestrado em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde) – Instituto de Psicologia, Universidade de Brasília, Brasília, 2017. Disponível em: <<https://repositorio.unb.br/jspui/handle/10482/24630>>. Acesso em: 05 mar. 2024.

FEITOSA, Lígia Rocha Cavalcante. **Psicologia escolar nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia: contribuições para a atuação na educação superior.** 2017. 299f. Tese (Doutorado em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde) – Instituto de Psicologia, Universidade de Brasília, Brasília, 2017. Disponível em: <<http://icts.unb.br/jspui/handle/10482/23050>>. Acesso em: 05 mar. 2024.

FEITOSA, Lígia Rocha Cavalcante; ARAÚJO, Claisy Maria Marinho. O papel do psicólogo na educação profissional e tecnológica: contribuições da Psicologia Escolar. **Estudos de Psicologia**, Campinas, v. 35, n. 2, 181-191, abr./jun. 2018. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/estpsi/a/cv45KVLKJKLx6r435MtrBN/abstract/?lang=pt>>. Acesso em: 9 mar. 2024.

FERRO, Aline Seixas. **Tornar-se psicólogo escolar: a formação da identidade profissional no Instituto Federal de Educação de Goiás.** 2017. 142f. Dissertação (Mestrado em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde) – Instituto de Psicologia, Universidade de Brasília, Brasília, 2017. Disponível em: <https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UNB_21dfd484afod19d7d64ce84d726ace33>. Acesso em: 07 mar. 2024.

FIRMINO, Fátima Maria Carpes. **O psicólogo na assistência estudantil em um campus do IFPB: o que lhe cabe nesse espaço educacional?** 2022. 123f. Dissertação (Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba, João Pessoa, 2022. Disponível em: <<https://repositorio.ifpb.edu.br/jspui/handle/177683/2437>>. Acesso em: 10 mar. 2024.

FONSECA, Thaisa da Silva. **O psicólogo escolar na Educação Profissional e Tecnológica: práticas, desafios e perspectivas.** 2018. 207f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2018. Disponível em: <<http://repositorio.ufpi.br:8080/xmlui/handle/123456789/2128>>. Acesso em: 05 mar. 2024.

GALVÃO, Maria Cristiane Barbosa; RICARTE, Ivan Luiz Marques. Revisão sistemática da literatura: conceituação, produção e publicação. **Logeion: Filosofia da informação**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 1, p. 57-73, 2019. Disponível em: <<https://revista.ibict.br/fiinf/article/view/4835>>. Acesso em: 9 mar. 2024.

GALVÃO, Taís Freire; TIGUMAN, Gustavo Magno Baldin; SARKIS-ONOFRE, Rafael. A declaração PRISMA 2020 em português: recomendações atualizadas para o relato de revisões sistemáticas. **Epidemiologia e Serviços de Saúde**, Brasília, v. 31, p. e2022364, 2022. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ress/a/ptjZBjvmMmgtD6sXVPFvVXz/>>. Acesso em: 9 mar. 2024.

GARCIA, Débora Rogéria Neres de Souza. **A política de assistência estudantil na educação superior:** um estudo de caso no Instituto Federal de Mato Grosso do Sul – IFMS (2012-2016). 2018. 172f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, 2018. 172f. Disponível em: <<https://repositorio.ufms.br/handle/123456789/4428>>. Acesso em: 03 mar. 2024

GOUVEIA, Fernanda Paixão de Souza. A expansão dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia no território brasileiro: entre o local e o nacional. **Espaço e Economia**, ano V, n. 9, 2016. Disponível em: <<https://journals.openedition.org/espacoeconomia/2434>>. Acesso em: 9 mar. 2024.

MAGALHÃES, Solange Martins Oliveira; SOUZA, Ruth Catarina Cerqueira Ribeiro de. A questão do método e da metodologia: uma análise da produção acadêmica sobre professores(as) da região Centro-Oeste/Brasil. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 37, n. 2, p. 669-693, 2012. Disponível em: <<https://11nq.com/KBBuW>>. Acesso em: 9 mar. 2024.

MONTEIRO, Priscila Carvalho; MELO, Marilândes Mól Ribeiro de. Estado do conhecimento sobre equipe multiprofissional na educação. **Educação em Foco**, Juiz de Fora, v. 28, e28022, 2023. Disponível em: <<https://periodicos.ufjf.br/index.php/edufoco/article/view/39623>>. Acesso em: 10 fev. 2024.

PAGE, Matthew James *et al.* A declaração PRISMA 2020: diretriz atualizada para relatar revisões sistemáticas. **Revista Panamericana de Salud Pública**, [S.l.], v. 46, e112, 2022. Disponível em: <<https://iris.paho.org/handle/10665.2/56882>>. Acesso em: 10 fev. 2024.

PREDIGER, Juliana. **Interfaces da Psicologia com a Educação Profissional, Científica e Tecnológica:** quereres e fazeres. 2010. 86f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social e Institucional) – Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010. Disponível em: <<https://lume.ufrgs.br/handle/10183/77886>>. Acesso em: 01 fev. 2024.

PREDIGER, Juliana; SILVA, Rosane Azevedo Neves da. Contribuições à prática do psicólogo na educação profissional. **Psicologia: Ciência e Profissão**, Porto Alegre, n. 34, p. 931-939, 2014. Disponível em: <<https://acese.dev/8TEq4>>. Acesso em: 9 mar. 2024.

RONCHI, Juliana Peterle. **Atuação do psicólogo em contextos educacionais:** a promoção à saúde na perspectiva do cuidado. 2019. 167f. Tese (Doutorado em Psicologia) – Centro de Ciências Humanas e Naturais, Universidade Federal do Espírito Santo, 2019. Disponível em: <<https://repositorio.ufes.br/items/ace9551e-8447-4a86-995b-a5796ecb6251>>. Acesso em: 10 fev. 2024.

ROSA, Cíntia Luzana da. **Educação profissional, científica e tecnológica, formação humana e a psicologia escolar e educacional.** 2018. 183f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Extremo Sul Catarinense, Criciúma, 2018. Disponível em: <<http://repositorio.unesc.net/handle/1/6407>>. Acesso em: 02 fev. 2024.

Inserção de psicólogos/as nos institutos federais como referência para implementação da Lei n. 13.935/2019 na educação básica: revisão sistemática

SANDER, Benno; PACHECO, Eliezer; FRIGOTTO, Gaudêncio. Entrevista - Ensino médio e educação profissional: A ruptura com o dualismo estrutural. **Retratos da Escola**, Brasília, v. 5, n. 8, p. 11-24. Disponível em: <<https://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/44>>. Acesso em: 9 mar. 2024.

SILVA, Jesué Graciliano da. A espacialização da expansão da rede federal de educação profissional, científica e tecnológica no Brasil entre os anos 2005 e 2015. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS, 18., 2016, São Luís. **Anais [...]**. São Luís, 2016, p. 1-13. Disponível em: <[https://www.eng2016.agb.org.br/resources/anais/7/1467596697_ARQUIVO_ARTIGOENCONTRO NACIONALDEGEOGRAFOS-ARTIGOJESUEGRACILIANODASILVA2\(2\).pdf](https://www.eng2016.agb.org.br/resources/anais/7/1467596697_ARQUIVO_ARTIGOENCONTRO NACIONALDEGEOGRAFOS-ARTIGOJESUEGRACILIANODASILVA2(2).pdf)>. Acesso em: 05 fev. 2024.

TITON, Andréia Piana. **Psicologia escolar em contexto de educação profissional, científica e tecnológica: desafios e possibilidades de um trabalho construído em parceria**. 2019. 189f. Tese (Doutorado em Psicologia) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2019. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/219171>>. Acesso em: 02 fev. 2024.

Sobre as autoras

Carla Renata Capilé Silva

Possui graduação em Psicologia pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (2004-2008). Mestrado em Psicologia pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (2013-2015). É psicóloga efetiva no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso do Sul (2011-atual), campus Dourados. Atualmente cursa o doutorado em Educação na Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), com bolsa CAPES.
Orcid: <https://orcid.org/0009-0005-8288-2709> E-mail: carlacapile@gmail.com

Andréia Nunes Militão

Professora da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS). Docente permanente do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). É líder do Grupo de Estudo e Pesquisa Políticas Educacionais e Formação de Professores (GEPPEF). Integra a Rede Diversidade e Autonomia na Educação Pública (REDAP), Red Latinoamericana de estudios sobre educación escolar, violencia y desigualdad social (RESVIDES) e a Rede de Pesquisadores sobre professores do Centro-Oeste (REDECENTRO).

<https://orcid.org/0000-0002-1494-8375>. E-mail: andreiamilitao@uems.br e andreiamilitao@ufgd.edu.br.

Recebido em: 31/07/2024

Aceito para publicação em: 29/09/2024